

DECRESCIMENTO ECONÔMICO: Uma análise crítica

Milena Leal Costa¹

RESUMO: O artigo busca refletir de maneira crítica sobre o movimento do decrescimento econômico, desde as primeiras discussões, surgidas na segunda metade do século XX acerca do impacto do crescimento econômico a nível mundial e que culminaram no lançamento do relatório intitulado “*The Limits of Growth*”, no Clube de Roma, em 1972; da chamada economia ecológica, defendida pelo cientista e economista romeno, Nicolas Georgescu-Roegen, que aponta para o conflito entre o crescimento econômico e a preservação dos recursos naturais, em 1971; até a abordagem de Sèrge Latouche (2009; 2010) sobre a aplicação da economia do decrescimento como uma alternativa para frear os altos níveis de produção e consumo. A metodologia utilizada foi o levantamento bibliográfico de alguns autores responsáveis pelo surgimento do tema em discussão, bem como de outros autores que representam a corrente contrária a estas ideias. Podemos concluir que, no atual cenário capitalista, propor a desaceleração da economia de escala poderia se ter como reflexo a diminuição do bem-estar da sociedade devido à redução do PIB e conseqüentemente o desemprego, etc. Porém, o governo pode investir em políticas públicas de conscientização por um modelo mais sustentável e de consumo consciente como, por exemplo, o estímulo da economia verde.

Palavras-chaves: impacto ambiental; economia ecológica; sustentabilidade.

ABSTRACT: The article intends to reflect critically about economic degrowth movement, since first discussions, initiated after second half of XX century about of impact of global economic growth and resulted in a emergence of report called “*The Limits of Growth*”, in Rome’s Club, in 1972; of the so-called ecological economy, defended by the romanian scientiste and economist, Nicolas Georgescu-Roegen, he indicates to the conflict between economic growth and the preservation of natural resources, in 1971; until the Sèrge Latouche’s approach (2009;2010) about application of economic degrowth how a alternative for to break the high levels of production and consumption. The methodology used was the biliographic survey of some authors responsible for the emergence of the topic discussed and the followers of this idea, as well as of other authors who represented opposing ideas. We can conclude, in the current capitalist scenario, to propose the deceleration of the economy of scale reduction of the well-being of society due to of GDP and, consequently, unemployment, etc. However, the government can invest in public policies to raise awareness of a more sustainable and conscious, such as the stimulus of the green economy.

KEYWORDS: environmental impact; ecological economy; sustainability.

¹ Mestre em Gestão Econômica do Meio Ambiente pela Universidade de Brasília - UnB (2016). E-mail: milenaleal@hotmail.com.br

INTRODUÇÃO

O presente artigo busca discutir de maneira crítica sobre o movimento do decrescimento econômico desde os seus primórdios até aos dias atuais. Pensado, primeiramente, como um slogan político, uma proposta para se alterar a forma de produção e consumo, o decrescimento econômico tem como proposta redirecionar o modelo social vigente através de mudanças profundas na cultura, nos valores e na mentalidade dominante das sociedades de consumo massivo. Fundamenta-se no abandono do crescimento infinito, que tem como meta o lucro ilimitado por parte dos detentores do capital e prejudica o meio ambiente e a sociedade, de forma a manter esta última como refém do mecanismo produtivo. O tema decrescimento teve início nos debates acadêmicos de movimentos sociais na Europa por volta dos anos 1970, onde se discutia o modelo de desenvolvimento e crescimento global pela sociedade na busca de uma nova cultura pautada na preocupação que os recursos são finitos e não se adequam a um modelo de produção e consumo ilimitado.

O trabalho de Georgescu-Roegen considerado o “pai do decrescimento” no qual abordou a necessidade de compreensão das leis da termodinâmica aplicadas ao funcionamento da economia sob o enfoque da economia ecológica, nos anos 1970. Por outro lado, o decrescimento à moda francesa, fato ocorrido pela tradução em francês do trabalho de Georgescu-Roegen, mas que teve início nos anos 1930 período de pós-guerra e crise econômica de 1929 muito influenciado pelo Marxismo com uma adoção de postura mais politizada. O grande desafio do decrescimento está no fato de independente de seu surgimento é encontrar soluções ambientais efetivas e viáveis no âmbito econômico, social e político para dar qualidade de vida à sociedade. Visto que, para os economistas ecológicos, apesar de algumas divergências entre esta corrente relacionadas a ideia de decrescimento, não é possível continuar aumentando a produção de forma sustentável porque é preciso respeitar os limites biofísicos do planeta.

Com o crescente aumento do uso dos recursos naturais a partir dos anos de 1960 a nível mundial, em razão da Terceira Revolução Industrial, houve o aumento significativo do consumo aliado ao crescimento populacional, o que exigiu mais do meio ambiente, por ainda entendê-lo como infinito naquele momento. Algumas discussões e ações ocorridas neste período contribuíram para fortalecer movimentos ambientais e trouxeram à tona a dependência por esses recursos naturais renováveis ou não. Entre essas ações destaca-se o

ocorrido em 1972, a publicação do relatório do Clube de Roma intitulado “*The Limits to Growth*” (MEADOWNS et al., 1972) apontando as consequências de um crescimento rápido da população considerando os recursos naturais que são limitados. Diante desse crescimento desenfreado pelas indústrias que influenciam o consumo em massa geram impactos ambientais porque o planeta é incapaz de suportar os efeitos do crescimento econômico ilimitado. No entanto, a promoção do crescimento associada ao progresso tornou-se um discurso dominante em uma sociedade já massificada pelo marketing e pelo incentivo ao consumo exagerado por parte do público.

O conceito de decrescimento faz parte dos dias atuais e pode ser visto através das campanhas eleitorais italianas em 2006, no debate político francês em 2007, na Bélgica e Espanha, evidenciando-se também o surgimento de grupos pós decrescimento criando redes e organizando marchas. O conceito vem como uma proposta de economia de baixo crescimento ou decrescimento e como uma provável resposta ao paradigma do crescimento econômico e aos problemas decorrentes dele buscando desmistificar que o crescimento econômico é o responsável por uma vida melhor.

METODOLOGIA

Para o desenvolvimento do estudo em questão, optou-se desde o princípio – e assim se seguiu até o fim – por uma metodologia do tipo dedutivo, de onde se parte da análise do problema geral para o particular, e, de caráter exploratória para buscamos o conhecimento necessário do assunto, trazendo-o à discussão através de uma abordagem qualitativa com características de pesquisa bibliográfica. Tais escolhas se deram devido às necessidades percebidas e apontadas no decorrer de todo processo de elaboração, construção e execução de um pensamento firmado em bases de caráter essencialmente científico. Por meio da metodologia apontada foi possível, pois, partir de produções e publicações já existentes e bastante conhecidas acerca do assunto abordado para a revisão minuciosa desse material e a construção de um novo olhar, de forma a possibilitar outra interpretação, uma nova discussão e, conseqüentemente, outro entendimento sobre ele.

A princípio, em um momento que antecedeu o processo de concretização desta pesquisa, fez-se necessário uma prévia para a catalogação, a reunião e a seleção criteriosa do material biobibliográfico necessário e relevante para a elaboração da análise e que, logicamente, fizesse referência direta ao assunto escolhido, no caso o movimento do

decrescimento econômico. O artigo analisa, então, o surgimento, a trajetória, os desdobramentos e as interpretações mais recorrentes a respeito do movimento do decrescimento econômico, de forma a destacar, refletir e discutir aspectos positivos e negativos da teoria e as possíveis consequências de sua aplicação nos dias atuais.

O SURGIMENTO DO DECRESCIMENTO ECONÔMICO

Até pouco depois de findada a primeira metade do século XX, devido a sua abundância, os recursos naturais eram considerados uma fonte inesgotável de matéria prima para os economistas de todo o mundo. Por volta da década de 1970, com o expressivo aumento populacional em diversas partes do globo, as indústrias, para atender às necessidades de consumo dessa sociedade em crescimento, intensificaram o uso de recursos de origem natural para a produção em larga escala de bens e serviços, de forma a gerar mais resíduos e dejetos para o meio ambiente, pois,

Se a ilimitada e irrefreável produção mercantil não levar em conta a condição circular do Planeta e a capacidade de resiliência da Natureza poderemos levá-la ao esgotamento. Em decorrência, essa contradição pode conduzir ao eclipse do sistema baseado na produção de mercadorias (MARQUES; BARBOSA, 2018, p.46).

Outro aspecto de suma importância a ser frisado nesse processo é a contribuição da globalização para a expansão de uma economia sem fronteiras para o fortalecimento do crescimento. Para Latouche (2006, p. 36 Apud GARCIA, 2016, p.147) “Uma sociedade assim não é sustentável porque supera a capacidade de carga do planeta, porque vai de encontro aos limites da biosfera”. No trabalho intitulado “*The Economics of the Coming Spaceship Earth*”, (BOULDING, 1966) compara a Terra a uma grande espaçonave e, segundo o mesmo, "podia-se realmente considerar a Terra como um reservatório infinito, uma fonte infinita de entradas e uma fossa infinita para saídas (BOULDING, 1965, p. 1). Contudo, as experiências diárias evidenciam que tal “fossa” não é infinita e que quase nada se sabe sobre o poder de resiliência da natureza para tal afirmação, inclusive vários desastres ambientais têm sido presenciados nas últimas décadas e podem ser atribuídos em grande parte, justamente, à interferência desordenada do homem no meio ambiente.

As mudanças climáticas pelos gases de efeito estufa, por vezes desencadeando eventos climáticos extremos, serve de alerta para que a economia se detenha onde é imperioso deter-se, ou seja, nos seus próprios limites. Mas, para isso são necessários três requisitos: pensar em longo prazo, construir uma visão holística e cultivar valores diferentes. Na economia, é preciso substituir o modelo de alto carbono por um modelo em consonância com os serviços prestados pelos ecossistemas. (MILARÉ, 2013, p. 101 Apud GARCIA, 2016, p.140).

As discussões a respeito dos impactos do crescimento econômico iniciaram na década de 1970, quando o Clube de Roma lança, em 1972, seu relatório intitulado “*The Limits of Growth*”, no qual questiona sobre os limites físicos da natureza, as possíveis (e trágicas) consequências de uma exploração irracional dos recursos naturais e a defesa da necessidade de se refletir e revisar o comportamento dos homens e a estrutura da sociedade como um todo. Nesse mesmo período floresce uma nova linha de discussão dentro da economia, a chamada economia ecológica, defendida pelo cientista e economista romeno, Nicolas Georgescu-Roegen, que aponta para o conflito entre o crescimento econômico e a preservação dos recursos naturais. Em 1971, na publicação “*The Entropy Law and the Economic Process*”, de Georgescu-Roegen, o termo decrescimento foi utilizado pela primeira vez e, de acordo com ele, o modelo econômico neoclássico da economia ambiental não levava em consideração a segunda lei da termodinâmica - que trata sobre a entropia - por não considerar a degradação da energia e da matéria, ou seja, promovendo o aumento na entropia. Georgescu-Roegen (1971) associava, portanto, cada atividade econômica com o aumento da entropia, o que implicava a perda de recursos naturais. Para o autor, um crescimento infinito, pois, é incompatível com um mundo finito.

O MOVIMENTO DO DECRESCIMENTO ECONÔMICO

As primeiras discussões sobre decrescimento econômico surgiram com o trabalho de Georgescu-Roegen, considerado o “pai do decrescimento” na década de 1970. Contudo, apenas veio a se consolidar como movimento ativo e atuante, a princípio, no continente europeu a partir do ano de 2001 na França, de 2004 na Itália e de 2006 na Espanha. No que se refere à América Latina, o movimento ainda possui poucos seguidores porque estes países em desenvolvimento ainda estão na busca de sua independência econômica através do aumento de seu PIB o que desqualifica a teoria do desenvolvimento sustentável como uma alternativa a mais para tentar resolver o colapso ecológico que já começa a dar sinais

de alerta nos dias hoje, bem como de tentar amenizar as injustiças socioeconômicas que assolam a porção latina do continente americano. No Brasil, atualmente, existe um grupo de defensores deste movimento chamado Rede Brasileira pelo Decrescimento Sustentável (RDBS) criada em 2012, que propõe-se a viabilização de ações favoráveis à construção de uma sociedade de decrescimento sustentável pautados no “círculo virtuoso” dos oito “erres”:

[...] a revolução exigida para a construção de uma sociedade autônoma de decrescimento pode ser representada pela articulação sistemática e ambiciosa de oito mudanças interdependentes que se reforçam mutuamente. Podemos sintetizar o conjunto delas num “círculo virtuoso” de oito “erres”: reavaliar, reconceituar, reestruturar, redistribuir, realocar, reduzir, reutilizar, reciclar. Esses oito objetivos interdependentes são capazes de desencadear um processo de decrescimento sereno, convívio e sustentável (LATOUCHE, 2009, p. 42).

A Primeira Conferência Internacional sobre o Decrescimento Econômico para a Sustentabilidade Ecológica e a Equidade Social foi realizada em 2008, em Paris na França, marcando o início do tema como área de pesquisa acadêmica e de debate da sociedade civil internacional. A conferência teve como foco a discussão sobre a crise financeira, social, cultural, demográfica e ambiental do planeta que, segundo os promotores do evento, são causadas pelas deficiências do sistema capitalista. O acontecimento também buscou debater e explicar os princípios do decrescimento, o que resultou na publicação da Declaração de Paris em que os participantes definem o crescimento:

Uma transição voluntária em direção a uma sociedade justa, participativa e ecologicamente sustentável [...] os objetivos do decrescimento são satisfazer as necessidades humanas básicas e assegurar uma alta qualidade de vida, enquanto se reduz o impacto ecológico da economia global até um nível sustentável, equitativamente distribuídos entre nações. Isso não será atingido através de contração econômica involuntária (RESEARCH & DEGROWTH, 2010, p. 524 APUD SILVA, 2017, p. 19; tradução do autor).

Reiterando assim o “decrescimento econômico” como um meio de alcançar a sustentabilidade ambiental e a igualdade social. De acordo com Martínez-Alier et al. (2010), a crise econômica ocorrida entre os anos de 2008 e 2009 nos Estados Unidos trouxe uma nova perspectiva para o debate, tratando não somente das preocupações ambientais, mas também das questões sociais. Com essa perspectiva, uma segunda conferência científica foi realizada em Barcelona, em 2010, cujo foco foi estabelecer

diretrizes específicas para a implementação de uma sociedade do decrescimento. Segundo Martinez – Alier et al (2010) a Declaração de Barcelona foi um resultado importante da Conferência com o surgimento de algumas propostas desenvolvidas para futuras ações políticas, incluindo:

- Promoção de moedas locais;
- Transição para empresas de pequena escala e sem fins lucrativos;
- Suporte às abordagens participativas no processo de tomada de decisão;
- Redução da jornada de trabalho e aumento do trabalho voluntário;
- Reutilização de casas vazias e de co-habitação;
- Introdução da garantia de renda básica e um teto de renda construído em uma relação de máximo-mínimo;
- Limitação da exploração dos recursos naturais e preservação da biodiversidade e da cultura por regulamentações, impostos e compensações;
- Minimização da produção de resíduos com educação e instrumentos jurídicos.

PRINCIPAIS CORRENTES DE PENSAMENTO DO DECRESCIMENTO ECONÔMICO

Martinez-Alier et al. (2010) oferecem uma revisão sobre as cinco principais correntes de pensamento que defendem o decrescimento. A primeira delas tem o economista Sèrge Latouche, um dos proeminentes defensores dessa escola de pensamento. Para Latouche (2009, p. 04 Apud GARCIA, 2016, p.145)

A palavra de ordem ‘decrescimento’ tem como principal meta enfatizar fortemente o abandono do objetivo do crescimento ilimitado, cujo motor não é outro senão a busca do lucro por parte dos detentores do capital, com consequências desastrosas para o meio ambiente e, portanto, para a humanidade.

Denominada culturalista, a corrente formada por antropólogos critica o modelo desenvolvimentista utilizado pelos EUA e pela Europa como um protótipo a ser aplicado pelos países localizados na parte sul do hemisfério. Eles também condenam o uso desenfreado de recursos naturais por países desenvolvidos como forma de satisfazer o alto padrão de vida ao qual estão acostumados, consumindo cada vez mais alimentos e energia e, como resultado, produzindo mais resíduos aos países do terceiro mundo. Para Latouche (2009, p.18 Apud GARCIA, 2016, p.146),

Três ingredientes são necessários para que a sociedade de consumo possa prosseguir na sua ronda diabólica: a publicidade, que cria o desejo de consumir; o crédito, que fornece os meios; e a obsolescência acelerada e programada dos produtos, que renova a necessidade deles. Essas três molas propulsoras da sociedade de crescimento são verdadeiras ‘incitações-ao-crime’.

Dessa forma,

A redução da vida útil das mercadorias, associada ao consumismo, expressa o modo de vida prevalecente na sociedade capitalista em nossa contemporaneidade. Juntas, revelam que o destino final dos processos econômicos é o descarte e a crescente produção de resíduos e rejeitos (MARQUES; BARBOSA, 2018, p.51).

A segunda corrente, convivial, busca a aplicabilidade da justiça e a qualidade das relações mantidas entre os membros da sociedade, o grau de igualdade e o caráter democrático das instituições. Seus principais teóricos são Karl Polanyi, Ivan Illich, Jacques Ellul, Takis Fotopoulos, Vincent Cheynet, Philippe Aries, André Gorz e Karl-Franze de Gras. A corrente ecológica, a terceira delas, visa à proteção dos ecossistemas, como forma de demonstrar respeito pelos seres vivos em todas as suas dimensões. Destacam-se os trabalhos de alguns como Eugene Odum, Félix Guattari, B. Clementin, Vicent Cheynet, Frank Scheneider, Friedrich Hinterberger, e Fred Luks. A quarta corrente está ligada ao que Martinez-Alier et al. (2010) chamam de “o significado da vida”. Ela enfatiza a espiritualidade, a não-violência, e a simplicidade voluntária, sendo Pierre Rabhi, Henry David Thoreau, Jean-Claude Besson-Girard, Paul A. Mongeau, e Alexander Kojève seus principais defensores. A quinta e última corrente pode ser chamada de bioeconomia ou de economia ecológica. Ela trata das restrições ligadas ao esgotamento dos recursos e à disposição dos resíduos. Dessa forma, o decrescimento é necessário para evitar o sobreuso dos recursos disponíveis. Os economistas ecológicos, ou bioeconômicos, estudiosos do decrescimento, segundo Martinez-Alier et al. (2010) são: Nicholas Georgescu-Roegen, Roefie Hueting e Mauro Bonaiuti.

UMA ANÁLISE CRÍTICA DA PROPOSTA DO MOVIMENTO DECRESCIMENTO ECONÔMICO

Para Van den Bergh (2010) as propostas mais usuais de decrescimento econômico podem ser classificadas em quatro tipos: (i) decrescimento do PIB; (ii) decrescimento de consumo; (iii) decrescimento de jornada de trabalho; (iv) decrescimento radical. Para cada um deles, o autor apresenta críticas quanto à eficácia ambiental e à viabilidade política de implantação.

DECRESCIMENTO DO PIB

É a proposta mais comum de decrescimento, consistindo na diminuição deliberada da escala da economia com o objetivo de reduzir o PIB, que é o principal indicador de crescimento econômico e, assim, minimizar impactos ao meio ambiente. De acordo com os defensores desse pensamento, a atual crise econômico-financeira é boa para o meio ambiente, pois tende a reduzir, por exemplo, as emissões de CO₂. Porém, seus efeitos a longo prazo são desconhecidos, uma vez que a crise pode reduzir os investimentos em tecnologias mais limpas e as emissões futuras de CO₂ porque reduzem as atividades industriais havendo menos emissão de gás carbônico poderiam consequentemente aumentar. Van den Bergh (2010) sugere que o foco dos formuladores de políticas públicas não deveria ser o decrescimento geral da economia, mas sim a diminuição de setores poluentes. Para o autor, os setores eficientes do ponto de vista energético e ambiental podem (e devem) crescer.

DECRESCIMENTO DE CONSUMO

Essa abordagem propõe a redução generalizada do consumo, com o objetivo de reduzir a utilização de recursos naturais, o descarte de resíduos e a poluição de um modo geral. Para Van den Bergh (2010), contudo, talvez não seja essa uma forma eficaz de se promover a melhoria de indicadores ambientais, e certamente é uma forma ineficiente, na medida em que os custos seriam elevados. A redução generalizada do consumo não diferencia bens que geram grande degradação ambiental de outros que são menos poluentes. Além disso, existem dificuldades de ordem prática: a redução voluntária de

consumo tende a ser pouco eficaz e a implantação de cotas individuais de consumo enfrentaria grande rejeição política. Essa medida poderia ser vista como restrições semelhantes às que estavam sujeitas as populações de países comunistas.

DECRESCIMENTO DE JORNADA DE TRABALHO

O objetivo dessa abordagem é reduzir a renda, assim como o consumo e a degradação ambiental. Ela oferece as vantagens de ser uma proposta de decrescimento com maior aceitação pública, de mais simples implementação e mensuração. Porém, sua eficácia ambiental é incerta, pois com um aumento de produtividade, é possível produzir (e consumir) uma quantidade maior de bens mesmo com um número menor de horas trabalhadas. Além disso, mesmo que haja uma redução na renda e no consumo, nada garante que haverá uma redução seletiva do consumo dos bens mais “sujos”.

DECRESCIMENTO RADICAL

Envolve mudanças radicais nos sistemas financeiro e monetário, mercado de trabalho, padrões de consumo, regime de propriedade, valores, ética e preferências. A proposta é abandonar o sistema capitalista, sem, contudo, oferecer alternativas factíveis. Trata-se, portanto, de uma alternativa imprecisa e utópica. Além disso, é impossível de se obter apoio político para ela em um regime democrático. Van den Bergh (2010) observa que as propostas de decrescimento radical são movidas por ideologias sobre justiça e horizontalidade social, sem foco em problemas ambientais urgentes. Uma transformação drástica na economia é extremamente arriscada e pode levar ao caos social e à instabilidade política, sem, necessariamente, alcançar melhorias em indicadores de qualidade ambiental.

Exemplos históricos em que houve abandono do regime capitalista, como ocorreu em Estados de planejamento central (e. g. URSS, China e Europa Oriental), mostram que a falta de instrumentos de mercado e de competição levam a desperdícios excessivos e a ineficiências, com sérios impactos ambientais. Ainda que se reconheça que preocupações ambientais não eram comuns à época da implantação do regime comunista nesses países, deve-se destacar que as democracias ocidentais ostentavam indicadores de qualidade ambiental consideravelmente superiores àqueles verificados nos Países comunistas ao final

da década de 1980, quando houve a derrubada do Muro de Berlim. Ainda hoje a China, de fato, enfrenta índices excessivos de poluição urbana.

CRÍTICAS À VIABILIDADE POLÍTICO-SOCIAL DA PROPOSTA DE DECRESCIMENTO ECONÔMICO

Os defensores do decrescimento econômico são céticos quanto à eficácia de políticas públicas destinadas a resolver problemas ambientais por acreditar que estas possuem baixa aceitação popular; porém, a viabilidade político-social de qualquer proposta de decrescimento econômico é ainda menor. Para Leff (2010, p. 58 Apud GARCIA, 2016, p.146-147), todavia,

A aposta no decrescimento não é apenas uma moral crítica e reativa; uma resistência a um poder opressivo, destrutivo, desigual e injusto; uma manifestação de crenças, gostos e estilos alternativos de vida. O decrescimento não é uma mera descrença, mas uma tomada de consciência sobre um processo que se instaurou no coração do processo civilizatório que atenta contra a vida do planeta vivo e a qualidade da vida humana. O chamado para decrescer não deve ser um recurso retórico para das asas à crítica da insustentabilidade do modelo econômico imperante, mas deve fincar-se em uma sólida argumentação teórica e uma estratégia política.

Pessoas de alto ou mesmo de baixo poder aquisitivo certamente rejeitariam políticas que pudessem ameaçar sua renda e por essa razão, Van den Bergh (2010) propõe uma nova abordagem, o “a-crescimento”, que pode ser resumida como “ser indiferente ao crescimento econômico”. Ele sugere que, ao invés de se buscar deliberadamente o decrescimento econômico, o foco seja voltado para a adoção de políticas ambientais eficazes, sem se preocupar se elas provocarão o aumento ou a redução do PIB. No entanto, a proposta de van den Bergh (2010) colocadas acima podem soar tão utópica quanto a abordagem tradicional de decrescimento econômico se não forem amparadas em políticas complementares e mudanças institucionais, especificamente, acordos climáticos internacionais de curto prazo, a fim de incentivar os países a implementarem medidas ambientais eficazes que mudem a forma de produção e consumo da população e mudanças tecnológicas conforme esclarece o próprio autor. Por outro lado, a adoção de uma política ambiental que indiretamente provoque grandes restrições ao desenvolvimento de uma nação, causando desemprego e recessão, provavelmente terá poucas chances de obter

aceitação política, como admite o próprio Latouche (2009, p. 04 Apud GARCIA, 2016, p.145)

É evidente, porém, que a mera diminuição do crescimento mergulharia a sociedade na incerteza, aumentando as taxas de desemprego; e aceleraria o abandono dos programas sociais, sanitários, educativos, culturais e ambientais que garantem o mínimo indispensável de qualidade de vida.

O que se leva a pensar que, o decrescimento só poderia ser de fato aplicado em uma sociedade pautada nessa filosofia, "ou seja, no âmbito de um sistema baseado na lógica" (GARCIA, 2016, p.145). Contudo Kallis (2011) contrapõe em defesa do decrescimento afirmando que este é inevitável porque os recursos naturais são limitados e isto torna o crescimento econômico insustentável.

UMA AVALIAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA DA PROPOSTA DE DECRESCIMENTO SOB O ENFOQUE DE DAMIR TOKIC

Tokic (2012) buscou analisar as implicações nos sistemas monetário e financeiro decorrentes de eventual proposta de decrescimento econômico. Ele descreve as reações esperadas do mercado de ações e a consequente contaminação da economia real após o anúncio de que se pretenderia adotar uma política de decrescimento. De imediato, o resultado seria um quadro de deflação e desemprego, levando à implosão do sistema econômico.

O efeito mais letal da quebra do mercado de ações e as conseqüentes desalavancagem da economia real (devido às expectativas do cenário de decrescimento) poderia potencialmente emergir na forma de um ciclo de deflação (TOKIC, 2012, p. 52 - TRADUÇÃO NOSSA).

Ele ainda argumenta que a demanda em colapso, originada pela expectativa de decrescimento, haveria uma queda no mercado de ações provocando a queda de preços das commodities, a redução do consumo e do preço levando a uma demanda atrasada, ou seja, por que o consumidor compraria agora uma mercadoria, se poderia comprar mais adiante e com um preço menor? Com isto contribuindo para o colapso e ciclo de deflação. Outro mais,

Especificamente, consumo atrasado leva a reduções de estoques e empresas são forçadas a cortar e atrasar a produção, o que causa mais demissões e

aumenta a taxa de desemprego. O aumento do desemprego deteriora ainda mais a demanda do consumidor, que amplia a crise de crédito e resulta em preços ainda mais baixos, e os viciosos ciclos de deflação contínuo. O atual presidente do Federal Reserve, Ben Bernanke, explicou os perigos da deflação em um discurso de 2002 e a política extraordinária (TOKIC, 2012, p. 52 - TRADUÇÃO NOSSA).

Para Tokic (2012), o combate da deflação estaria nas mãos do governo através das políticas fiscal e monetária. Contudo, segundo Bernanke (2002 apud Tokic, 2012 – tradução nossa) “reconhece que essas respostas políticas extraordinárias à deflação são apenas teóricas e não comprovada na prática e, portanto, a deflação deve ser evitada custos”.

Para a sobrevivência do mercado financeiro e de ganhos para os seus investidores, as empresas são forçadas a maximizar valor aos seus acionistas através do crescimento significativo de receita e para isto é preciso o crescimento global da economia (TOKIC, 2012). Lara e Oliveira (2018) enfatizam que a literatura hegemônica do campo da gestão parece estar edificada na lógica economicista condicionando o sucesso empresarial ao crescimento contínuo dos empreendimentos. Entende-se assim que o crescimento do PIB é condição necessária para a sobrevivência do mercado financeiro. Assim, o autor argumenta que não seria possível atingir um estado estacionário, como esperam os defensores da estratégia de decrescimento. Tokic (2012) procura sustentar sua hipótese por meio de estudos de caso. Como não se conhecem exemplos de políticas de deliberado decrescimento econômico, o autor utilizou, como estudo de caso, crises financeiras não planejadas. A quebra da bolsa de Nova York em 1929

De setembro de 1929 a junho de 1932, a Dow Jones Industrial caiu a média de 381,17 para 43,49, ou 88,6%. Durante o mesmo período, de 1929 a 1932, o PIB dos EUA diminuiu de tamanho quase 44%, de 103. Embora a economia não tenha melhorado até 1933, o mercado de ações previu corretamente a forte recuperação econômica em 1934 e 1935. É importante salientar que o *crash* do mercado de ações e da implosão econômica do início dos anos 1930 foram acompanhados por um ciclo vicioso de deflação. Bernanke (2002) usa essa Grande Depressão como o estudo de caso de uma política extraordinária resposta sobre como combater as forças de deflação, e refere-se à desvalorização do dólar dos EUA versus ouro como a variável de sucesso na criação inflação, e também a decisão inicial de fortalecer o dólar norte-americano elevando as taxas de juros como o principal fracasso político inicial que fez a Grande Depressão ainda mais profunda (TOKIC, 2012, p. 53 – TRADUÇÃO NOSSA).

O autor conclui que a melhor resposta para a implosão econômica são as políticas inflacionárias que estimulem o consumo e desvalorizem a moeda.

A ECONOMIA JAPONESA ENTRE 1990 E 2012

Para Tokic (2012) o Japão pode ser um bom exemplo sobre o estudo do decrescimento, pois se trata de uma grande economia industrial com crescimento do PIB, inflação negativa e um crescimento populacional ligeiramente negativo por um período de tempo. Contudo é preciso atentar para as limitações existentes no modelo do Japão.

[...] uma vez que o desempenho econômico do Japão não é um produto de políticas de estado estacionário; sim a situação econômica no Japão é um produto de tendências demográficas negativas e problemas estruturais. Independentemente disso, a economia japonesa pode potencialmente ilustrar o que acontece com o mercado de ações durante um período prolongado de Crescimento do PIB e deflação moderada, o que poderia ser uma boa aproximação de uma economia estável (TOKIC, 2012, p. 54 – TRADUÇÃO NOSSA).

O crescimento do PIB no Japão tem a responsabilidade da exportação crescente. No entanto, as políticas adotadas não foram suficientes para criar um cenário de deflação, desvalorização da moeda e impulsionar o mercado de ações. Nem mesmo as medidas de intervenção no mercado de câmbio tornaram possível a desvalorização da moeda japonesa através do estímulo fiscal, sem êxito, para quebrar o ciclo deflacionário. Isto vem a confirmar quando Bernake (2002) argumenta que o êxito de uma política fiscal à deflação é incerta. E que podem ser mais apropriadas nas primeiras indicações de deflação.

A ECONOMIA GREGA ENTRE 2008 E 2012

A economia grega passou por momentos difíceis no período acima descrito dadas as incertezas econômicas obrigando-a a medidas de austeridades o que resultou na recessão de mercado. A recessão prolongada faz com que o mercado de ações sofra um declínio (TOKIC, 2012). Embora este fato tenha sido colocado pelo autor, não se considera uma implantação de economia do decrescimento ou estacionária.

[..]. No entanto, o exemplo grego pode ser um interessante estudo moderno de política, social e questões culturais durante uma recessão econômica

prolongada. Por exemplo, a mídia informou que a Grécia experimentou um aumento significativo em suicídios, reação contra imigrantes e um movimento geral longe do centro do espectro político em direção aos extremos.

Assim, Tokic (2012) conclui que os ciclos de deflação têm consequências catastróficas no âmbito social, político e econômico, e, por essa razão governos inevitavelmente interveem na economia, com o objetivo de minimizar os males decorrentes da crise que, a curto prazo, certamente seriam mais importantes que problemas ambientais futuros, pelo menos do ponto de vista político.

O CONCEITO DE SUSTENTABILIDADE COMO UMA REVISÃO (OU UMA CONTINUIDADE) DA TEORIA DO DECRESCIMENTO ECONÔMICO

De acordo com a Organização das Nações Unidas (ONU), em 1987, através do relatório *Nosso Futuro Comum*, publicado pela Comissão Mundial para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento, considerou “desenvolvimento Sustentável” como aquele que busca as necessidades presentes sem comprometer a capacidade das gerações futuras de atender suas próprias necessidades” O conceito em questão foi feito durante o evento denominado Agenda 21 durante a Conferência “Rio 92”

[...] e incorporado em outras agendas mundiais de desenvolvimento e de direitos humanos, mas o conceito ainda está em construção segundo a maioria dos autores que escrevem sobre o tema, como por exemplo, Carla Canepa (2007), José Eli da Veiga (2005) e Henri Ascelard (1999) (BARBOSA, 2008).

Por esta razão se apresenta até os dias atuais, embora se questione a falta de clareza quanto a quais seriam exatamente as necessidades verificadas para o presente e para o futuro. De toda forma, o termo sustentabilidade está ligado ao desenvolvimento econômico e material sem danificar o meio ambiente, onde as pessoas vão usar os recursos naturais de forma inteligente e de modo a garantir sua permanência. Em sua versão mais atual, desenvolvido pela Cúpula Mundial em 2002, “O desenvolvimento sustentável procura a melhoria da qualidade de vida de todos os habitantes do mundo sem aumentar o uso de recursos naturais além da capacidade da Terra” (MIKHAILOVA, 2004, p. 27). Tal abordagem busca integrar a melhoria da qualidade de vida das pessoas de todas as regiões de conservação dos recursos naturais, sem danificá-los; o respeito à diversidade cultural,

social e aos direitos trabalhistas além de assegurar todas as necessidades básicas da população para manutenção do bem-estar.

Os estudos relacionados a sustentabilidade surgiram a partir da década de 1970, porém, os economistas não estavam muito preocupados com o meio ambiente e a sustentabilidade por acreditarem que aquele era infinito. Devido aos grandes problemas ambientais ocorridos - dentre eles a questão climática que representava um grande desafio a sobrevivência da humanidade - estudos relacionados ao tema começaram a surgir. O primeiro grande passo para o assunto sustentabilidade foi a realização da conferência de Estocolmo em 1972. Onde se discutiu a necessidade de reaprender a conviver com o planeta (MIKHAILOVA, 2004). Mas, só ganhou maior importância como política ambiental a partir da Conferência Rio 92, evento que reuniu mais de 100 chefes de Estado do mundo inteiro para debater formas de desenvolvimento consciente e sustentável, discussões ainda muito novas na época.

O paradoxo existente entre crescimento econômico e meio ambiente tem possibilitado inúmeras discussões em volta do tema sustentabilidade. Segundo Alves (2014), o capitalismo foi o sistema que mais promoveu o crescimento da economia e da população. Por outro lado, foi o que mais ocasionou impacto ambiental e destruição dos recursos naturais. Sentindo dessa forma a necessidade de rever o conceito de crescimento econômico baseado na elevação do PIB ao infinito. O conceito de sustentabilidade tem-se banalizado por alguns e entendido por outros, segundo Rodrigues (2007) como “Marketing de caça aos votos”. Na verdade, seria uma forma de justificar o continuísmo do crescimento econômico que segundo o autor acima não leva em conta a importância da vida das pessoas do planeta. Ou de outra forma, “O desenvolvimento sustentável é a palavra de ordem daqueles que querem um capitalismo com colorido ou maquiagem ‘verde’” (ALVES, 2014). A ideia seria de um decrescimento sustentável como um meio, um processo imprescindível para fazer surgir, de forma saudável, o desenvolvimento ecologicamente sustentável (RODRIGUES, 2007). De forma alguma seria um retrocesso, mas, pelo contrário, um avanço para a humanidade, pois:

Não interessa ascender a um **crescimento miragem** baseado em competitividades que apenas destroem os bens naturais e aumentam a exclusão social. O choque tecnológico deveria ser ecotecnológico. A ciência e a tecnologia deveriam tornar-se em ecotecnologia e os desígnios contabilísticos de critérios quantitativos deveriam substituir-se por

mudanças qualitativas de qualidade de vida, de solidariedade, de criatividade e conviabilidade (RODRIGUES, 2007, p.66- grifo do autor).

Nem nas mais distantes divagações de Marx e Engels – ambos que chegaram a afirmar que a oposição entre capitalismo e proletariado levariam a destruição do próprio capitalismo - não puderam imaginar que o capital tem conseguido se reorganizar das mais variadas formas, de maneira a expandir as classes consumidoras. Isto quer dizer que, a classe trabalhadora e a classe burguesa conseguiram uma convivência institucional em nome do bem-estar geral da sociedade humana (ALVES, 2014). Assim é possível perceber que por longos anos as questões ambientais foram deixadas de lado.

Apesar das incertezas existentes em volta das verdadeiras intenções advindas do conceito de sustentabilidade, Garcia (2016, p. 142) defende:

Para o alcance, portanto, dessa economia verde, é preciso haver investimentos públicos e privados, pois o que mais se encontra, atualmente, é uma ‘economia marrom’, plenamente solidificada e que não está preocupada com a proteção ambiental, mas sim - única e exclusivamente - com o lucro.

É preciso maior rigor na execução de medidas que possam estar atuando sobre ações que estimulam os danos ambientais e causam as externalidades sociais negativas ao meio ambiente para inibir as ações prejudiciais. Entre elas, está a penalização no caso da utilização da economia marrom (GARCIA, 2014). O conceito de sustentabilidade amparado no tripé: ambiental, social e econômico, tem se apresentado até o momento como o mais plausível para a sua aplicação em uma economia consumista. Buscar o decrescimento a curto prazo não seria uma ideia plausível. Segundo Alves (2014) seria traumático um decrescimento imediato e desorganizado. Isto equivaleria a gerar uma depressão, com a consequente explosão do desemprego. Mas, a longo prazo pode ser possível, pois segundo o autor, países ricos e economicamente estáveis já estão fazendo isto, por exemplo, o Japão. No entanto, países com economias instáveis ainda precisam crescer. Diante disso, produzir de forma sustentável pode ser uma opção razoável, pois exigirá uma produção e consumo, mas consciente, mudança de hábitos, investimentos em tecnologia limpa com o uso de menos recurso e nova postura diante dos ecossistemas necessários à sobrevivência das pessoas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo em questão buscou discutir acerca da economia do decrescimento, perpassando pela sua trajetória histórica, seus principais autores e princípios teóricos desde o seu surgimento até os dias atuais, de forma a refletir pontos positivos e negativos que permeiam o movimento; quais as reais possibilidades de aplicação desse modelo econômico nos parâmetros da sociedade de hoje; e quais as possíveis consequências dessa adoção para a economia, para o Estado, para as empresas e indústrias, para o trabalhador e o consumidor. O movimento do decrescimento econômico surgiu como uma alternativa de substituição do crescimento insustentável provocado pela economia do crescimento a partir da década de 1960. Com a melhoria da qualidade de vida e do bem-estar social, especialmente nos países desenvolvidos da porção ocidental do globo, houve o crescimento da população mundial e também da expectativa de vida, bem como o aumento do consumo de produtos industrializados, o que gerou uma intensa corrida em busca de mais matérias-primas por parte das grandes indústrias desde os anos de 1970.

Contudo, devido à grande e incessante demanda de matéria-prima para a crescente produção industrial, as reservas naturais de fontes renováveis e não-renováveis podem estar ameaçadas em um futuro não tão distante em associação à exorbitante geração de resíduos nocivos ao meio ambiente, sua má destinação e seu tempo de decomposição, causando a escassez de recursos essenciais e comprometendo a oportunização de meios para a sobrevivência da população mundial. Atualmente, a economia do crescimento é um ciclo que beneficia em especial os países desenvolvidos e seu alto padrão de vida, em razão da maior concentração e desenvolvimento de indústrias, da promoção de pesquisas em ciência e tecnologia, assim como de investimentos em equipamentos tecnológicos de qualidade para beneficiamento dos produtos. Entretanto, esse mesmo sistema acomete os países subdesenvolvidos e suas economias ainda instáveis por meio da exploração irresponsável de recursos naturais – dentre outras coisas a mão de obra barata, isenção fiscal, leis ambientais mais flexíveis, etc. – e da massiva produção de lixo tecnológico e o descarte inadequado de resíduos muitas vezes danosos à saúde do homem e ao meio ambiente.

Dessa forma, para os defensores do decrescimento, a sociedade atual não é sustentável, pois ela esgota os recursos renováveis para as próximas gerações, e ameaça piorar grandemente a qualidade de vida da atual e das futuras gerações. Ademais, a sociedade do crescimento aumenta as desigualdades regionais e sociais; além de não

produzir qualidade de vida para a maioria de seus componentes, por criar um bem-estar ilusório como, por exemplo, a sociedade de consumo e o consumo desnecessário, que produzem externalidades negativas para o próprio consumidor. Porém, uma política de deliberado decrescimento econômico dificilmente teria aceitação popular, uma vez que implica, mesmo que durante um curto período de tempo, desemprego e recessão. Em países democráticos, a viabilidade política de propostas dessa natureza é extremamente improvável. Se ainda assim um governo chegasse a propor o decrescimento econômico, de acordo com o estudo de Tokic (2012), o mercado de ações imediatamente desabaria, contagiando a economia real e iniciando vários ciclos de crises e instabilidades. Como resultado, a economia implodiria, tornando o decrescimento insustentável sob o ponto de vista social, econômico e político.

Não seria possível, portanto, implementar uma redução suave da escala da economia, sem perda significativa de bem-estar, como esperam os defensores do decrescimento econômico. Diante de graves problemas sociais, os governos certamente iriam intervir, por meio de políticas monetárias e fiscais; iniciando, assim, um ciclo de forte crescimento econômico, o que levaria a escala da economia, mais uma vez, a níveis acima da capacidade de suporte do ecossistema global. Contudo, a adoção de uma economia verde, a implementação de políticas públicas em favor de um modelo mais sustentável, o investimento em campanhas de conscientização da população e o desenvolvimento de projetos de reeducação social para um consumo cômico e mais responsável são alternativas viáveis e acessíveis - apesar do tempo que levaria para se obter resultados concretos - para que haja o equilíbrio entre uma economia estável e um meio ambiente sustentável e minimamente preservado; para que, dessa forma, as próximas gerações tenham o direito e a garantia de viver dignamente com a devida qualidade e bem-estar.

REFERÊNCIAS

- ALVES**, José Eustáquio Diniz. Sustentabilidade, Aquecimento Global e o Decrescimento Demo-econômico. Revista Espinhaço, 3 (1): 4-16 - 2014. Disponível em: <file:///C:/Users/Milena/Downloads/44-1-86-1-10-20170309.pdf>. Acesso em: 15 de jan. 2019.
- BERNANKE**, B., 2002. Remarks by Governor Ben S. Bernanke before the National Economists Club, Washington, D.C. — Deflation: making sure “it” doesn't happen here, November 21, 2002. Disponível em: <http://www.federalreserve.gov/boarddocs/speeches/2002/20021121/default.htm>. Acesso em: 07 de jan. de 2019.
- BARBOSA**, Gisele. O desafio do desenvolvimento sustentável. Revista Visões, 4ª edição, Nº 4, volume 1 – jan/jun. 2008. Disponível em: http://files.gtsustentabilidade.webnode.com/200000055-d44dfd5476/4ed_O_Desafio_Do_Desenvolvimento_Sustentavel_Gisele.pdf. Acesso em: 14 de janeiro de 2019.
- BOULDING**, K. E: “The Economics of the Coming Spaceship Earth”. In: JARRET, H. (ed.). Environmental Quality in a Growing Economy. London and Baltimore: Resources for the Future Inc. & The Johns Hopkins Press, Baltimore, MD. 1966.
- GARCIA**, Denise Schimitt Siqueira. Dimensão econômica da sustentabilidade: uma análise com base na economia verde e a teoria do decrescimento. Veredas do Direito, Belo Horizonte, v.13, n.25, p.133-153, janeiro/abril de 2016.
- LARA**, Luiz Gustavo Alves de; **OLIVEIRA**, Samir Adamoglu de. Sociedade de decrescimento: uma resposta para o desenvolvimento (in) sustentável? Revista de estudos organizacionais e sociedade. Belo Horizonte – MG, v. 5, N.13 - agosto de 2018.
- LATOUCHE**, Serge. Degrowth Journal of Cleaner Production, 18. 519-522 p.2010.
- _____. Pequeno tratado do decrescimento sereno. Tradução de Cláudia Berliner. São Paulo: Martins Fontes, 2009.
- MARQUES**, Marcelo dos Santos; **BARBOSA**, Eufrasina Campelo Borges Mendonça. Modo capitalista de ser e natureza: limites, contradições e transcendências ecossistêmicas. Gaia Scientia. Volume 12(2): p.44-59, 2018.
- MARTINEZ – ALIEN**, Joan; **PASCUAL**, Unai; **VIVIEN**, Franck - Dominique, **ZACCAI**, Edwin. Sustainable de-growth: Mapping the context, criticisms and future prospects of an emergent paradigm. Ecological Economics. Elsevier, vol. 69(9). 1741-1747 p. 2010.
- MIKHAILOVA**, Irina. Sustentabilidade: evolução dos conceitos teóricos e os problemas da mensuração prática. Revista Economia e Desenvolvimento, nº 16, 2004. Disponível em: http://w3.ufsm.br/depcie/arquivos/artigo/ii_sustentabilidade.pdf. Acesso: 14 de jan. de 2019.

RODRIGUES, Jacinto. Crescimento, decrescimento sustentável e desenvolvimento ecologicamente sustentável. Edições Universidade Fernando Pessoa, 2007. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10284/736>. Acesso: 15 de jan.de 2019.

SCHNEIDER, F., **KALLIS**, G. **MARTINEZ-ALIER**, J., Crisis or opportunity? Economic degrowth for social equity and ecological sustainability. Introduction to this special issue. *Journal of Cleaner Production*, V. 18, p. 511-518, 2010.

TOKIC, D. The economic and financial dimensions of degrowth. *Ecological Economics*. (84), p. 49-56, 2012.

VAN DEN BERGH, J.C.J.M. Environment versus growth — A criticism of “degrowth” and a plea for “a-growth”. *Ecological Economics*. 2010.